**LEI Nº 368 DE 04 DE JUNHO DE 2021.**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Belterra, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal de Belterra aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

## DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º e Inciso II do Artigo 88, da Lei Orgânica do Município de Belterra, Estado do Pará, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Belterra, para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

**I.** Prioridades e metas da administração pública municipal;
**II.** Organização e estrutura dos orçamentos;
**III.** Diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
**IV.** Disposições relativas à dívida pública do município;
**V.** Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
**VI.** Disposições para alteração na legislação tributária; e
**VII.** Disposições finais.

## CAPÍTULO I
## PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º** - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022 serão especificadas na proposta de Projeto de Lei que estabelecera o Plano Plurianual – 2022/2025, que será encaminhado para apreciação e votação da Câmara Municipal em prazo estabelecido em Lei.
**§ 1º** - Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, serão conferidas prioridades às áreas de:

**I** – Dinamização e modernização do aparelho produtivo municipal:
Reestruturar, dinamizar e modernizar o aparelho produtivo municipal, com vistas a aumentar a produção e torná-lo mais eficiente e competitivo.

**II** – Conservação da natureza e proteção do meio-ambiente:
Conduzir a população do Município na melhoria dos padrões de qualidade de vida, através de desenvolvimento de forma sustentável que permita a expansão da economia relacionada com a preservação dos recursos da natureza no contexto global interativo e harmônico em todas as suas partes, de tal modo que a noção de sustentabilidade contemple não apenas o equilíbrio geo-ambiental, mas também, o econômico, o social, e o político-institucional.

**III** – Redução das desigualdades sociais, e na distribuição de renda:
Criar condições permanentes de bem-estar social, compatível com o crescimento almejado para o Município, e promover investimentos e ações complementares dedicadas às áreas com altas deficiências sociais.

**IV** – Modernização e eficientização do município em favor do cidadão:
Aperfeiçoar o modelo de gestão existente, no qual as relações governo/setor privado possam estar sintonizadas, e em parcerias voltadas para a geração de benefícios à sociedade através de medidas de desburocratização, capacitação de recursos humanos e de racionalização do uso de recursos materiais e financeiros.

**§ 2º** - Os recursos para o financiamento dos projetos definidos no "caput" deste artigo serão determinados no orçamento anual.

## CAPÍTULO II
## ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

**Art. 3º** - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. **Programa – é** o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

II. **Atividade - é** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo.

III. **Projeto - é** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV. **Operações Especiais** - são as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

V. **Despesas** - são aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços, para cumprimento dos objetivos da administração pública, definidos nas metas de trabalho, atendendo compromissos de natureza social, financeira e administrativa.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades e projetos serão desdobrados em subtítulos, exclusivamente para especificar sua localização física, integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por função, subfunção, programa, atividades, projetos e respectivos subtítulos com indicação de suas metas fiscais.

**Art. 4º** - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

1 – pessoal e encargos sociais;
2 – juros e encargos da dívida;
3 – outras despesas correntes;
4 – investimentos;
5 – inversões financeiras; e
6 – amortização da dívida.

**Art. 5º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos poderes do Município e seus fundos.

**Art. 6º** - A lei orçamentária discriminará, em categorias de programação específica, as dotações destinadas a:

**I.** Ações descentralizadas de saúde, educação, assistência social e outras para cada unidade orçamentária, dentro de suas competências;
**II.** Pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;
**III.** Concessão de subvenções econômicas e sociais;
**IV.** Despesas com assistência voltada aos cidadãos no âmbito do município;
**V.** Atendimento de ações de manutenção e aparelhamento da rede de ensino no município;
**VI.** Pagamento de precatório judiciário, que constará na unidade orçamentária responsável pelo débito;
**VII.** Despesas com publicidade, propaganda e divulgação de atos oficiais; e
**VIII.** Manutenção das atividades voltadas a implementação das atividades rurais.

**Parágrafo Único** – As despesas com publicidade, propaganda e divulgação de atos oficiais dos poderes Executivo e Legislativo, deverão ser objeto de dotação orçamentária específica e não poderão exceder a 1 % (um por cento) do orçamento.

**Art. 7º** - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal conterá:
**I** – Mensagem;
**II** – Projeto de Lei de Orçamento;
**III** – Quadros e tabelas explicativas referenciadas, respectivamente, nos artigos 2º e 22, III, da Lei 4.320/64.

**§ 1º** – Os quadros orçamentários do art. 2º da Lei nº 4.320/64 são:
a) Sumário geral da receita, por fontes, e da despesa, por funções do governo;
b) quadro demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo I;
c) quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;
d) quadro das dotações por órgãos dos poderes Executivo e Legislativo;
e) quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos 6 a 9; e
f) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

**§ 2º** – As tabelas explicativas do art. 22, III, da Lei nº 4.320/64, são:
a) Receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
b) receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
c) receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;
d) despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
e) despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e
f) despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta.

## CAPÍTULO III
## DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES
### SEÇÃO I
### DAS DIRETRIZES GERAIS

**Art. 8º** - A elaboração do projeto, aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício financeiro de 2022, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 9º** - A Lei Orçamentária Anual - LOA/2022, incluirá o conjunto das receitas e despesas nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**Art. 10** - Não poderão ser realizadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos, conforme determina o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 11** – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

**I.** ações que não sejam de competência exclusiva do município, salvo se cumprido os preceitos estabelecidos no art 62 da Lei Complementar nº 101/2000;
**II.** aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;
**III.** clubes e associações de servidores, excetuadas creches e escolas para atendimento pré-escolar; e
**IV.** pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos e entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

**Art. 12** - Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município são fixados limites para elaboração da proposta orçamentária dos Poderes Executivo e Legislativo, tendo como base na receita resultante de impostos - RRI, sendo:

**I.**Poder Executivo: 93,00 %;
**II.** Poder Legislativo: 7,00 %.

**Art. 13** - Na programação de investimentos da administração pública, direta e indireta, os projetos em fase de execução terão preferência sobre os novos, exceto aqueles que representem interesse público imediato e emergencial, garantindo-se a compatibilidade com o Plano Plurianual.

**Art. 14** - A elaboração do projeto, aprovação e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA/2022, deverão levar em conta a obtenção de superávit primário conforme discriminado nos orçamentos, fiscal e da seguridade social.

**Parágrafo Único** - Durante a execução dos orçamentos mencionados no caput deste artigo, poderá haver compensação de eventual frustração da meta dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**Art. 15** - O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações da Lei do Plano Plurianual - PPA 2022/2025, que tenham sido objeto de leis específicas.

**Art. 16** - Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas propostas nesta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para atendimento de cada Unidade Orçamentária.

**Art. 17** - Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1° - Acompanhará os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e projetos.

§ 2° - Cada Projeto de Lei, deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3° - Os créditos adicionais aprovados pelo Poder Legislativo serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da referida Lei.

§ 4° - Quando a abertura de créditos adicionais implicarem na alteração das metas, estas deveram ser objeto de atualização.

**Art. 18** - O Poder Executivo fica autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita e destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no Art. 32 da Lei Complementar 101/00, de 05 de maio de 2000.

**Art. 19** - Para efeito do disposto no art. 7º, o Poder Legislativo e os Fundos Municipais encaminharão à Secretaria Municipal de Administrativa, Finanças e Planejamento - SEMAF, até 31 de julho do corrente exercício, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação de proposta do Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 20** - Fica autorizada a inclusão, na lei orçamentária, de dotações a título de subvenções sociais, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

**I.** sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
**II.** sejam vinculadas a organismos nacionais e internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
**III.** atendam ao disposto no Art. 204 da Constituição Federal e Art. 61 do ADCT; ou
**IV.** sejam originárias de lei específica.

**Art. 21** - Fica autorizada a inclusão, na lei orçamentária, de dotações a título de auxilio financeiro a pessoas físicas desde que atenda as exigências contidas em lei específica.

**Art. 22** - Compete à Secretaria Municipal de Administrativa, Finanças e Planejamento - SEMAF coordenar, em todos os níveis, a elaboração da proposta orçamentária através de:

**I.** encaminhamento de estudos preliminares;

**II.** análise, com representantes de todas as Unidades Orçamentárias, das propostas iniciais; e

**III.** elaboração da proposta final, acompanhada de exposição de motivos ao Prefeito Municipal, para encaminhamento ao Poder Legislativo.

## SEÇÃO II
## DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

**Art. 23** - O Orçamento fiscal compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de todos os órgãos e entidades da administração direta, bem como fundos e fundações que atuam nestas funções, e contará, dentre outros, recursos provenientes:
**I.** tributos de sua competência;
**II.** transferências constitucionais;
**III.** transferências voluntárias;
**IV.** empréstimos tomados por antecipação da receita;
**V.** operações de crédito a curto prazo; e
**VI.** outras origens.

**Art. 24** - A estimativa da receita própria do município obedecerá a:

**I.** políticas municipais implementadas na área fiscal, dentre elas, os mecanismos de arrecadação de fatores e índices utilizados para cálculo de impostos e de taxas municipais e pela modernização tributária;
**II.** alterações da legislação fiscal e tributária;
**III.** comportamento histórico das fontes das receitas e suas evoluções, mantendo-se suas tendências atuais; e
**IV.** fatores conjecturais e estruturais que possam a vir influenciar na arrecadação de cada fonte de receita.

**Art. 25** - O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas no § 5º, do art. 153 e nos art. 158 e 159, da Constituição. (Emenda Constitucional nº 25).

**Art. 26** - A proposta orçamentária conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a até 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

## SEÇÃO III
## DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 27** - O Orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, saneamento, previdência e assistência social, de todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como os fundos que atuam nestas funções, e contará, dentre outros, com recursos provenientes de:

**I.** contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a prevista no art. 212, § 5 º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal;
**II.** contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do município;
**III.** demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento; e
**IV.** transferências de convênios.

**§ 1º** - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde, educação e assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.
**§ 2º** - Os recursos recebidos de transferência de convênios serão empregados de acordo com o plano de aplicação previamente estabelecido através de normas imposta pela concedente.
**§ 3º** - As contribuições dos segurados e patronal, recolhidas e pagas ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS serão definidas por lei específica.

**Art. 28** - A proposta orçamentária conterá a previsão de aumento dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.
**Parágrafo Único** – Os recursos necessários ao atendimento do aumento do salário mínimo, caso as dotações consignadas na Lei Orçamentária LOA/2022 sejam insuficientes, serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício de 2022.

## CAPÍTULO IV
## DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 29** - A atualização monetária da dívida mobiliária refinanciada do município não poderá superar no exercício de 2022 a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM da Fundação Getulio Vargas.

**Art. 30** - As despesas da dívida pública municipal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão de unidade orçamentária distinta da que contemple os encargos financeiros do município.

## CAPÍTULO V
## DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESPESA DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 31** – O quadro geral de pessoal é composto pela totalidade dos cargos efetivos, comissionados e temporários, lotados nos órgãos da Administração Direta e Indireta, regidos pela Lei 066/2001(Regime Jurídico Único), e alterações posteriores.

**Art. 32** - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa da folha de pagamento projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos.
**Parágrafo Único** - Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no caput deste artigo constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 71 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

**Art. 33** - Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e por órgão, previstos na Lei Complementar n ° 101, de 2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas dos Municípios, conforme previsto no § 2 ° do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias do encerramento de cada bimestre.

**Art. 34** - A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) do valor da receita corrente líquida. (art. 19 Lei Complementar nº 101 de 2000).
**Parágrafo Único** – A repartição dos limites globais deste artigo não poderá exceder os seguintes percentuais: (Art. 20, III, a, b, da Lei Complementar 101, de 2000).

**I.** 6 % (seis por cento) para o Legislativo;
**II.** 54 % (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

## CAPÍTULO VI
## DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

**Art. 35** - O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo, até o último mês do exercício financeiro atual, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária e de outras receitas municipais.
**§ 1º** - Os recursos eventualmente auferidos da aplicação do disposto no "caput" deste artigo serão incorporados ao orçamento do município.
**§ 2º** - Serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos.
**§ 3º** - Será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

## CAPÍTULO VII
## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 36**. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

**Art. 37.** Para fins de acompanhamento, controle e centralização, a Secretaria Municipal de Administrativa, Finanças e Planejamento - SEMAF submeterá os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município - PGM, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

**Art. 38** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo Único** - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

**Art. 39** - Os Poderes Executivo e Legislativo, deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA/2022, para o exercício financeiro de 2022, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/2000, de 05 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta lei.

**Art. 40** - O Prefeito municipal poderá propor modificações na Lei Orçamentária através de mensagem a Câmara Municipal.

**Art. 41** - As propostas de modificação na Lei Orçamentária – LOA/2022, a que se refere o artigo anterior, somente serão apresentadas de conformidade com os §§ 3° e 4° do artigo 166 da Constituição Federal.

**Art. 42** - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até o término do corrente exercício financeiro, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação para atender despesas inadiáveis em cada mês.

**Art. 43** - Os Poderes Executivo e Legislativo utilizaram para abertura de crédito adicional e suplementar até 50 % (cinquenta por cento) do orçamento municipal, desde que haja fontes de recursos disponíveis, de acordo com o que preceitua o Artigo 43, § 1° da Lei Federal 4.320/64, para corrigir distorções de previsão do orçamento.
**Parágrafo Único**: O Poder Executivo poderá remanejar dotações orçamentárias dentro das ações por fonte de recursos, através de ato competente para tal procedimento.

**Art. 44** - O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administrativa, Finanças e Planejamento - SEMAF, atenderá as solicitações encaminhadas pelo Presidente da Câmara, sobre informações e dados quantitativos que evidenciem a ação e os objetivos do governo.

**Art. 45** - A Secretaria Municipal de Administrativa, Finanças e Planejamento - SEMAF, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária – LOA/2022 divulgará, por Unidade Orçamentária de cada órgão, fundo e entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, o quadro de detalhamento da despesa, especificando, para cada categoria de programação, no seu menor nível, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos.

**Art. 46** - O Projeto de Lei Orçamentária será apresentado com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se, no que couberem, os demais dispositivos legais.

**Art. 47** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Belterra, em 04 de junho de 2021.**

**JOCICLÉLIO CASTRO DE MACÊDO**
Prefeito Municipal

**AMARILDO RODRIGUES DOS SANTOS**
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
Decreto: 02/2021

Publicado no Portal da Transparência do Município e disponibilizado para publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará –FAMEP, ao sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um.

**BELTERRA**
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
ANEXO DE METAS FISCAIS
**I - METAS ANUAIS**
2022

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2022 | | | | 2023 | | | | 2024 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | % RCL (a / RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | % RCL (b / RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (b / RCL) x 100 |
| Receita Total | 60.934.069,35 | 58.191.558,32 | 43,30 | 109,77 | 63.980.772,82 | 61.101.136,23 | 44,57 | 109,77 | 66.722.440,77 | 64.279.808,06 | 45,97 | 109,98 |
| Receitas Primárias ( I ) | 60.386.667,60 | 58.064.103,46 | 43,21 | 109,53 | 63.406.000,98 | 60.967.308,63 | 44,48 | 109,53 | 66.576.301,03 | 64.139.018,33 | 45,87 | 109,74 |
| Receitas Primárias Correntes | 63.032.462,22 | 60.608.136,75 | 45,10 | - | 66.184.085,33 | 63.638.543,59 | 46,43 | - | 69.493.289,60 | 66.949.219,27 | 47,88 | - |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.548.214,92 | 1.488.668,19 | 1,11 | - | 1.625.625,67 | 1.563.101,60 | 1,14 | - | 1.706.906,95 | 1.644.419,03 | 1,18 | - |
| Contribuições | 211.232,70 | 203.108,37 | 0,15 | - | 221.794,34 | 213.263,78 | 0,16 | - | 232.884,05 | 224.358,43 | 0,16 | - |
| Transferências Correntes | 61.147.304,40 | 58.795.485,00 | 43,75 | - | 64.204.669,62 | 61.735.259,25 | 45,04 | - | 67.414.903,10 | 64.946.920,14 | 46,45 | - |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 125.710,20 | 120.875,19 | 0,09 | - | 131.995,71 | 126.918,95 | 0,09 | - | 138.595,50 | 133.521,67 | 0,10 | - |
| Receitas Primárias de Capital | 2.637.400,50 | 2.535.962,02 | 1,89 | - | 2.769.270,53 | 2.662.760,12 | 1,94 | - | 2.907.734,05 | 2.801.285,21 | 2,00 | - |
| Despesa Total | 60.934.069,35 | 58.590.451,30 | 43,60 | 110,52 | 63.980.772,82 | 61.519.973,86 | 44,88 | 110,52 | 67.179.811,46 | 64.720.434,93 | 46,29 | 110,73 |
| Despesas Primárias ( II ) | 60.902.553,60 | 58.560.147,69 | 43,58 | 110,46 | 63.947.681,28 | 61.488.155,08 | 44,86 | 110,46 | 67.145.065,34 | 64.686.960,83 | 46,27 | 110,68 |
| Despesas Primárias Correntes | 56.677.999,35 | 54.498.076,30 | 40,55 | - | 59.511.899,32 | 57.222.980,11 | 41,75 | - | 62.487.494,28 | 60.199.898,15 | 43,06 | - |
| Pessoal e Encargos Sociais | 34.916.675,85 | 33.573.726,78 | 24,98 | - | 36.662.509,64 | 35.252.413,12 | 25,72 | - | 38.495.635,12 | 37.086.353,68 | 26,52 | - |
| Outras despesas Correntes | 21.761.323,50 | 20.924.349,52 | 15,57 | - | 22.849.389,68 | 21.970.567,00 | 16,03 | - | 23.991.859,16 | 23.113.544,47 | 16,53 | - |
| Despesas Primárias de Capital | 4.224.554,25 | 4.062.071,39 | 3,02 | - | 4.435.781,96 | 4.265.174,96 | 3,11 | - | 4.657.571,06 | 4.487.062,68 | 3,21 | - |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | - | - | - | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Primário (III) = ( I - II ) | (515.886,00) | (496.044,23) | (0,37) | (0,94) | (541.680,30) | (520.846,44) | (0,38) | (0,94) | (568.764,31) | (547.942,50) | (0,39) | (0,94) |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Nominal (VI) = (III + (IV – V)) | (515.886,00) | (496.044,23) | (0,37) | (0,94) | (541.680,30) | (520.846,44) | (0,38) | (0,94) | (568.764,31) | (547.942,50) | (0,39) | (0,94) |
| Dívida Pública Consolidada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V) | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 |

Fonte: /Relatórios da LRF

**BELTERRA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

2022

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2020 | % PIB | % RCL | Metas Realizadas em 2020 | % PIB | % RCL | Variação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Valor (c)=(b-a) | % (c/a)x100 |
| Receita Total | 54.892.717,00 | 42,39 | 114,23 | 47.582.032,83 | 36,75 | 108,68 | (7.310.684,17) | (13,32) |
| Receitas Primárias (I) | 54.772.487,00 | 42,30 | 113,98 | 47.535.188,40 | 36,71 | 108,57 | (7.237.298,60) | (13,21) |
| Despesa Total | 55.268.997,00 | 42,68 | 115,01 | 49.518.938,61 | 38,24 | 113,10 | (5.750.058,39) | (10,40) |
| Despesas Primárias (II) | 55.200.747,00 | 42,63 | 99,88 | 50.695.564,75 | 39,15 | 115,79 | (4.505.182,25) | (8,16) |
| Resultado Primário ( I - II ) | (428.260,00) | (0,33) | (0,89) | (3.160.376,35) | (2,44) | (7,22) | (2.732.116,35) | 637,96 |
| Resultado Nominal | (428.260,00) | (0,33) | (0,89) | (3.160.376,35) | (2,44) | (7,22) | (2.732.116,35) | 637,96 |
| Dívida Pública Consolidada | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: / Relatórios da LRF

**BELTERRA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % |
| Receita Total | 15.870.742,07 | 47.582.032,83 | 199,81 | 57.637.353,00 | 21,13 | 60.519.220,65 | 5,00 | 63.545.181,68 | 5,00 | 66.722.440,77 | 5,00 |
| Receitas Primárias ( I ) | 15.748.183,45 | 47.535.188,40 | 201,85 | 57.511.112,00 | 20,99 | 60.386.667,60 | 5,00 | 63.406.000,98 | 5,00 | 66.576.301,03 | 5,00 |
| Despesa Total | 54.805.003,95 | 49.518.938,61 | (9,65) | 58.032.447,00 | 17,19 | 60.934.069,35 | 5,00 | 63.980.772,82 | 5,00 | 67.179.811,46 | 5,00 |
| Despesas Primárias ( II ) | 54.805.003,95 | 50.695.564,75 | (7,50) | 58.002.432,00 | 14,41 | 60.902.553,60 | 5,00 | 63.947.681,28 | 5,00 | 67.145.065,34 | 5,00 |
| Resultado Primário (III) = ( I - II ) | (39.056.820,50) | (3.160.376,35) | (91,91) | (491.320,00) | (84,45) | (515.886,00) | 5,00 | (541.680,30) | 5,00 | (568.764,31) | 5,00 |
| Resultado Nominal | (39.056.820,50) | (3.160.376,35) | (91,91) | (491.320,00) | (84,45) | (515.886,00) | 5,00 | (541.680,30) | 5,00 | (568.764,31) | 5,00 |
| Dívida Pública Consolidada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % |
| Receita Total | 15.214.976,58 | 45.528.688,96 | 199,24 | 55.393.900,05 | 21,67 | 58.191.558,32 | 5,05 | 61.101.136,23 | 5,00 | 64.279.808,06 | 5,20 |
| Receitas Primárias ( I ) | 15.097.481,98 | 45.483.866,04 | 201,27 | 55.272.572,80 | 21,52 | 58.064.103,46 | 5,05 | 60.967.308,63 | 5,00 | 64.139.018,33 | 5,20 |
| Despesas Total | 52.540.508,05 | 47.382.009,96 | (9,82) | 55.773.615,57 | 17,71 | 58.590.451,30 | 5,05 | 61.519.973,86 | 5,00 | 64.720.434,93 | 5,20 |
| Despesas Primárias ( II ) | 52.540.508,05 | 48.507.860,25 | (7,68) | 55.744.768,86 | 14,92 | 58.560.147,69 | 5,05 | 61.488.155,08 | 5,00 | 64.686.960,83 | 5,20 |
| Resultado Primário (III) = ( I - II ) | (37.443.026,08) | (3.023.994,21) | (91,92) | (472.196,06) | (84,39) | (496.044,23) | 5,05 | (520.846,44) | 5,00 | (547.942,50) | 5,20 |
| Resultado Nominal | (37.443.026,08) | (3.023.994,21) | (91,92) | (472.196,06) | (84,39) | (496.044,23) | 5,05 | (520.846,44) | 5,00 | (547.942,50) | 5,20 |
| Dívida Pública Consolidada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: / Relatórios da LRF

# BELTERRA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2022

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Patrimônio/Capital | 5.772.179,85 | 61,75 | 3.189.876,81 | 39,23 | 1.334.855,56 | 23,58 |
| Reservas | 3.576.059,41 | 38,25 | 4.941.232,57 | 60,77 | 4.325.042,91 | 76,42 |
| Resultado Acumulado | - | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **9.348.239,26** | **100,00** | **8.131.109,38** | **100,00** | **5.659.898,47** | **100,00** |

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Patrimônio | - | - | - | - | - | - |
| Reservas | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Acumulado | - | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

Fonte: / Relatórios da LRF

**BELTERRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**ANEXO - RISCOS FISCAIS**

2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|---|---|---|
| **Descricão** | **Valor** | **Descricão** | **Valor** |
| Demandas Judiciais | | | |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |
| **SUBTOTAL** | **0,00** | **SUBTOTAL** | **0,00** |
| | | | |
| **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** | | **PROVIDÊNCIAS** | |
| **Descrição** | **Valor** | **Descrição** | **Valor** |
| Frustração de Arrecadação | | | |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções: | | | |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| **SUBTOTAL** | **0,00** | **SUBTOTAL** | **0,00** |
| **TOTAL** | **0,00** | **TOTAL** | **0,00** |

**Fonte:**

# BELTERRA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2022

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III) R$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇAO DE ATIVOS (I)** | 46.844,43 | - | - |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 46.844,43 | - | - |

| DESPESAS EXECUTADAS | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **APLICAÇAO DOS RECURSOS DA ALIENAÇAO DE ATIVOS (II)** | 46.844,43 | - | - |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | 46.844,43 | - | - |
| Investimentos | 46.844,43 | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | - | - | - |
| **DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA** | - | - | - |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | - | - | - |
| **SALDO FINANCEIRO** | **2020** | **2019** | **2018** |
| **VALOR (III)** | - | - | - |

Fonte: / Relatórios da LRF

**BELTERRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

2022

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art 4º, § 12º, inciso V)

R$ 1,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2022 | 2023 | 2024 | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

**Fonte:**

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | | |
|---|---|---|---|
| PLANO PREVIDENCIÁRIO | | | |
| **RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| RECEITAS CORRENTES (I) | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **Receita de Contribuições dos Segurados** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Receita de Contribuições Patronais** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Receita Patrimonial** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Receita de Serviços** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outras Receitas Correntes** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1] | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **RECEITAS DE CAPITAL (III)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I +III-II)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| | | | |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| **ADMINISTRAÇÃO (V)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **PREVIDÊNCIA (VI)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **Benefícios - Civil** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Benefícios - Militar** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outras Despesas Previdenciárias** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| | | | |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)[2]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| | | | |
| **RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **2018** | **2019** | **2020** |
| VALOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | |
| **RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| VALOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | |
| **APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | |
| **BENS E DIREITOS DO RPPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e Aplicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outro Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | |
| PLANO FINANCEIRO | | | |
| **RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| **RECEITAS CORRENTES (IX)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **Receita de Contribuições dos Segurados** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Receita de Contribuições Patronais** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Receita Patrimonial** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Receita de Serviços** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outras Receitas Correntes** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **RECEITAS DE CAPITAL (X)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (XI + XIV)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| | | | |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| **ADMINISTRAÇÃO (XII)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **PREVIDÊNCIA (XIII)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **Benefícios - Civil** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Benefícios - Militar** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outras Despesas Previdenciárias** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII +XIII)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| | | | |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (X I- XIV)2** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| | | | |
| **APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS** | **2018** | **2019** | **2020** |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | |

**Fonte:**

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

**BELTERRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

2022

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ milhares

| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias | Despesas Previdenciárias | Resultado Previdenciário | Saldo Financeiro do Exercício |
|---|---|---|---|---|
| | ( a ) | ( b ) | (c) = ( a - b) | (d) = (d Exercício anterior ) + c |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2022 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2023 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2024 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2025 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2027 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2028 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2029 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2030 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2031 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2032 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2033 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2034 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2035 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2036 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2037 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2038 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2039 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2040 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2041 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2042 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2043 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2044 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2045 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2046 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2047 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2048 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2049 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2050 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2051 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2052 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2053 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2054 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2055 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2056 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2057 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2058 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2059 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2060 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2061 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2062 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2063 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2064 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2065 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2066 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2067 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2068 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2069 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2070 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2071 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2072 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2073 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2074 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2075 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2076 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2077 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2078 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2079 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2080 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2081 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2082 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2083 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2084 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2085 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2086 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2087 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2088 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2089 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2090 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2091 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2092 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2093 | | | 0,00 | 0,00 |
| 2094 | | | 0,00 | 0,00 |

**Fonte:**

# BELTERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2022

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) R$ milhares

| EVENTO | VALOR PREVISTO 2022 |
|---|---|
| Aumento Permanente da Receita | 2.901.622,35 |
| ( - ) Transferências Constitucionais | 1.320.705,20 |
| ( - ) Transferências ao FUNDEB | 599.701,30 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I ) | 981.215,85 |
| Redução Permanente de Despesa ( II ) | 50.000,00 |
| Margem Bruta ( III ) = ( I + II ) | 1.031.215,85 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta ( IV ) | 0,00 |
| Novas DOCC | 0,00 |
| Novas DOCC geradas por PPP | 0,00 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = ( III - IV ) | 1.031.215,85 |

**Fonte:**